



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Declaro iniciada a 4ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Já se encontra presente o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, Relator do parecer prévio das contas do Governo da República relativas ao exercício de 2006, em cumprimento ao disposto no art. 115, parágrafo único, da Resolução nº 1, de 2006, a quem inicialmente quero convidar, com muita honra, para fazer parte da Mesa Diretora dos trabalhos. *(Pausa.)*

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer a exposição, só podendo ser apertado se o permitir.

Conforme o estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 2 minutos. Informo que, a partir deste momento, a lista de inscrição para o debate está aberta.

Quero convidar o Senador Francisco Dornelles para integrar a Mesa Diretora dos trabalhos. *(Pausa.)* S.Exa. é Relator na Comissão das contas do Governo para o exercício de 2006.

Com a palavra o Ministro Ubiratan Aguiar, para fazer a exposição.

**O SR. UBIRATAN AGUIAR** - Sr. Presidente, Senador José Maranhão, meu dileto amigo, com quem tive o privilégio de conviver nesta Casa, quando S.Exa. era Deputado e deu sua contribuição, o que continua a fazer com muito brilho, agora dirigindo talvez a mais importante Comissão do Congresso Nacional; meu caro Senador Francisco Dornelles, ao lado de quem também tive o privilégio de participar, quando Deputado, dos grandes momentos desta República, e S.Exa., com a visão de homem público, Ministro de Estado, que percorreu todos os caminhos da administração pública, sempre com brilho inextinguível, pôde ser uma fonte de referência na minha formação e na condução de minha vida no Parlamento da República; meus caros Parlamentares, minha conterrânea Parlamentar, neste momento eu posso dizer que, quando venho para cá com a equipe da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, que tem à frente o Secretário Marcelo Eira, trago a alegria do retorno. Dizem que ninguém se perde no caminho da volta, e nessa volta eu venho com o alongamento da ação fiscalizadora inerente ao Poder Legislativo.

Na concepção de Rui, a atividade legiferante e a atividade político-partidária absorveriam de tal forma o Parlamento que ele necessitaria de ter à sua disposição órgão que cuidasse tecnicamente de lhe emprestar todo o assessoramento para bem acompanhar as contas governamentais e ser não somente aquele órgão sancionador quando se depara com irregularidades, mas também o órgão preventivo, de atuação pedagógica, que orienta o gestor a não incidir em erro — e perfilho essa corrente de pensamento.

Conversei há pouco com o Deputado João Leão, atual Vice-Líder do Governo — nessa fase preliminar da minha exposição eu gostaria de ressaltar isso —, sobre a necessidade de maior proximidade e integração do Tribunal de Contas da União com o Legislativo, porque sentimos falta, meus caros Parlamentares, de ação mais efetiva desse Poder em relação ao Tribunal, que não o integra, mas compõe a estrutura do Legislativo.

Nós vemos os sigilos bancário e fiscal como sendo do Estado, e não propriedade desse ou daquele órgão ou instituição do Poder Público. Devem ser acessados via Justiça, e quem os acessa fica responsável por sua confidencialidade. O Tribunal de Contas da União, para cumprir os pedidos de auditorias emanados do Poder Legislativo, mesmo havendo sérios indícios de irregularidades, fica impossibilitado, devido ao sigilo, de ter acesso a dados que muito poderiam esclarecer no trabalho de auditoria, porque, se percorrermos o caminho atual de recorrer ao Ministério Público para ir à Justiça, a fim de chegar até o órgão do qual precisaremos da informação e fazer o caminho inverso, quando ela chega, sem dúvida alguma, há perda de objeto.

Precisamos pensar em ver aprovada também a auto-executoriedade das nossas decisões, objeto até de emenda do Senador Antônio Carlos Valadares que tramita no Congresso, porque, após a decisão prolatada pelo Tribunal, caminha-se para a Advocacia-Geral da União. Então, há necessidade, meu caro Deputado Barros, que conhece tão bem esta Casa, desse apoio de V.Exas. para as ações do TCU. Na medida em que se fortalece o Tribunal, é o Poder Legislativo que está sendo fortalecido.

Trago hoje o exemplo desse trabalho. O que são as contas governamentais no âmbito do Tribunal? São a elaboração de um parecer técnico, que permitirá ao Relator das contas governamentais no Congresso, Senador Francisco Dornelles, e aos Parlamentares que compõem a Comissão, debruçarem-se sobre os dados e fazer aquele julgamento que contribua para aprimorar o emprego dos recursos públicos.

Nós montamos, a partir de alguns pontos fundamentais, as informações que temos do SIAFI, da SIGPlan, das auditorias realizadas quer por iniciativa do Tribunal de Contas da União e que constam do Plano Anual de Auditoria, quer



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

por solicitação do Congresso Nacional. Essa equipe que está aqui, coordenada pelo Secretário Marcelo Eira, conduziu o trabalho relacionado às contas governamentais de 2006.

Vamos agora passar no PowerPoint alguns gráficos e dados que ilustram e orientam toda a exposição que estamos iniciando.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A abrangência já é conhecida. Atualmente, as contas não dizem respeito, como muitos pensam, apenas ao Poder Executivo. São também contas do Poder Legislativo, entendidas as duas Casas, de todos os tribunais superiores que integram o Poder Judiciário, do Ministério Público da União, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Quanto ao crescimento da economia, esses dados são importantes. Os senhores estão vendo a posição do Brasil, de 3,7 — houve crescimento de 2005 para 2006. Nós tínhamos em 2005 algo em torno de 2,9 e subimos para 3,7. Mesmo com a subida, essa posição quanto aos países da América Latina mostra que realmente há necessidade de haver maior crescimento, para nos situarmos em patamares mais confortáveis.

Quanto à evolução da taxa de juros/inflação, há dado interessante a se verificar. Nós saímos daquela taxa de 19,1, juros na média SELIC ali, e chegamos agora — os juros, expurgada a inflação — a 12,7, e ali estão os dados de 2005 e 2006, para se fazer a comparação. Há realmente um declínio bastante acentuado, um dos pontos marcantes e positivos: a queda da taxa de juros.

Quanto a emprego e salário, são outros indicadores que também considero positivos para serem mostrados. Houve pequena queda no crescimento da quantidade de empregos na economia formal, mas houve aumento no salário médio do trabalhador, que saiu de 1.026, em 2005, para 1.072, em 2006.

No que diz respeito à carga tributária, vemos que há realmente preocupação. Estamos saindo de 30,13 em 2000 e chegamos a 34,58 em 2006. A evolução da carga tributária nacional é outro ponto para reflexão e exame do Poder Legislativo na área da economia.

Na parte das diretrizes orçamentárias, quero chamar atenção toda especial para a pirâmide Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Estamos verificando nas auditorias, no exame feito pela nossa equipe que, de forma muito acentuada, há inclusão de dispositivos na Lei Orçamentária Anual que não constam da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso compromete profundamente o planejamento governamental. Se há um Plano Plurianual, se as diretrizes orçamentárias são traçadas, como fazer diferente, contrariando o dispositivo da lei?

Fiz questão de expor esse dado e de sobre ele conversar com meus diletos amigos e ex-companheiros de Parlamento porque é algo realmente preocupante, principalmente a repercussão na área do planejamento governamental. Cerca de 30% das ações definidas na LDO como prioritárias não foram sequer acolhidas na LOA. Outras, ainda que incluídas na lei orçamentária, não foram executadas no Orçamento de 2006.

No que concerne a receita e despesa, notem que ali há uma linha das receitas e despesas, que, até 2005, caminhavam, embora em linha ascendente, parelhas. Receita e despesa mantinham realmente o mesmo nível, mas, em 2006, as despesas cresceram mais do que a receita. A composição da receita corrente em bilhões é a que está sendo mostrada. O gráfico, por si só, mostra a composição das receitas correntes.

Em 2006, 325 milhões arrecadados do âmbito do parcelamento extraordinário não foram classificados corretamente e, portanto, não foram destinados adequadamente. O Poder Legislativo pode e dará valiosa contribuição para aperfeiçoamento daquilo que o parecer técnico mostra e para o exame e as devidas correções a serem feitas.

Despesas distribuídas por função de governo: encargos especiais, 65,8%; Previdência Social, 18%; Saúde, 3,4%; Assistência Social, 1,8%; Educação, 1,7%; Defesa Nacional, 1,4%; Segurança Pública, 0,3%; outros, 7,6%. A fonte de informação é o SIAF.

Em 2006, os gastos com terceirizados chegaram a 7,6 bilhões, ou seja, cerca de 1% a mais do que em 2005. Chamo atenção para a questão dos terceirizados. O Tribunal tem falado constantemente sobre as relações das figuras do temporário e do terceirizado. Deparamo-nos com situações bastantes difíceis no âmbito dos Ministérios. Para que os Srs. Senadores e Deputados tenham a noção exata do problema, temos 39 mil prestações de contas já realizadas nos Ministérios que nem sequer foram analisadas e representam recursos superiores a 12 bilhões de reais.

Isso é preocupante, porque, segundo nos informam, não realizam a análise por não dispor de pessoal em quantidade e em qualidade necessárias para desempenhar o trabalho. Pela média que temos no Tribunal, se admitirmos que 47% desses processos, frutos de convênios, mantêm irregularidades, quer seja de sobrepreço, quer seja de direcionamentos e licitações, quer sejam outras, então 47% dos 39 mil convênios por certo estarão com recursos a serem devolvidos, por conta de tais irregularidades. Assim, os processos não chegarão ao Tribunal, nem sequer serão analisados. E, se isso chegar a ocorrer, já não teremos mais como recuperar os recursos que porventura tenham sido desviados.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Portanto, a informação que temos é que realmente não há pessoal em quantidade e qualidade nos Ministérios para executar essas tarefas, atividades-fins que não podem ser desenvolvidas e desempenhadas por temporários ou terceirizados.

O comparativo de gastos e despesas com terceirização é este que está sendo mostrado, tomando como exemplo 4 Ministérios, onde podemos ver a relação entre terceiros e pessoal, o que confirma o que acabamos de falar. Os volumes de recursos empregados falam por si só.

Renúncia de receita: comparação entre o total renunciado e as despesas de algumas funções do Governo em bilhões. Os índices das despesas com educação, ali registrados, são superiores ao patamar constitucionalmente exigido. Temos também as despesas com assistência social, com saúde e as receitas renunciadas.

Desempenho dos programas de Governo: educação física e orçamentária dos programas por função de Governo — é outro aspecto que se debate há muitos anos. É histórico. Com relação à previsão orçamentária, a área econômica sempre mostra que só pode começar a desembolsar a partir do segundo semestre do ano em questão, quando há evolução da receita, maior aporte de recursos. Como resultado de tudo isso, temos que a execução física fica bem aquém da execução orçamentária, fato que ocorre em todos os órgãos. Os gráficos mostram que 2006 não foi diferente dos anos anteriores.

Trata-se de uma série histórica que também cabe ao Parlamento. Aqui muito se fala sobre o Orçamento ser autorizativo ou impositivo e se mostra que também não há a possibilidade de planejamento orçamentário e governamental se as despesas são empenhadas a partir de determinado momento, no final do ano. Isso gerará outro problema — o qual analisaremos cuidadosamente mais à frente —, os restos a pagar, que têm crescido substancialmente.

Despesas em 2006 e disponibilidade em caixa. Tenho falado sobre esse assunto com vários Parlamentares; pode-se dizer que não se configura irregularidade porque não houve desvio de finalidade, o dinheiro não foi empregado de forma diversa à prevista pela lei. Mas há uma retenção, um contingenciamento desses recursos, e o mais emblemático de todos eles é o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação — FUST. Criado em 2000, esse fundo chegou a 2006 com aproximadamente 5 bilhões de reais já arrecadados, dos quais nada foi empregado até agora, o que significa grande dano na área social, uma vez que o fundo está destinado à inclusão digital em escolas, hospitais públicos, a levar a comunicação às pequenas comunidades rurais, às aldeias indígenas, a áreas da segurança nacional — principalmente à defesa das áreas de fronteira física e imensa como a do Brasil.

A falta do emprego dos recursos do FUST compromete o objetivo maior do fundamento que norteou a elaboração da Lei do FUST.

O mesmo acontece com outros fundos como, por exemplo, o de Ciência e Tecnologia — vejam a despesa em 2006 e a disponibilidade em 31 de dezembro do mesmo ano —; o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações — FISTEL —, o Fundo Naval, o Fundo da Aeronáutica. Na visão da macroeconomia, esses fundos estão sendo utilizados para a formação de superávit primário.

Restos a pagar não processados, inscritos em 2006. Aqui também usamos como exemplo o que acontece em vários Ministérios como Comunicações, Esporte e Turismo, Integração Nacional e Cidade.

Chamo a atenção dos senhores para um dado: estamos em 2007, meu caro Senador, ainda sanando restos a pagar de 2002. Já pagamos algo em torno de 19 bilhões, em 2007, de restos a pagar de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006. É necessário que o Legislativo se debruce sobre esse assunto, porque criamos verdadeiros orçamentos paralelos ao Orçamento do exercício. Isso é preocupante. Trata-se de outro dado que trago à atenção e ao exame dos Srs. e das Sras. Parlamentares.

Seguridade social: esse capítulo me chamou a atenção porque, na época em que era Parlamentar, sempre ouvi falar — e olhem que fui eleito em 1986 e tomei posse na Câmara dos Deputados, em 1987, como Constituinte — que a Previdência é o vilão da economia.

A seguridade social, tão discutida à época da Constituinte, é composta pela saúde, pela assistência social e pela previdência social. Chegou a hora de colocar cada um no seu devido lugar. O que é assistência social, que realmente deve ser assumida pelo Estado, assim o será. O que é previdência será assumido pela previdência, e o mesmo vai ocorrer com a saúde.

Com a criação da DRU, a Desvinculação das Receitas da União, o corte é horizontal, de 20%. Com o corte de 33,9 bilhões de um déficit aparente de aproximadamente 29 bilhões, se não houvesse a DRU ou se os recursos da DRU fossem devolvidos a uma área essencial, como a saúde, a assistência social ou a previdência, ela passaria a ser superavitária em mais de 4 bilhões de reais.

Chamo a atenção para esse dado porque a seguridade social ficou no imaginário e na grande discussão nacional como responsável por uma série de graves problemas na economia do País.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Previdência Social. O Regime Geral da Previdência se apresenta, como os senhores podem verificar, como deficitário. Se analisarmos esse déficit levando em conta os aposentados rurais, aqueles que não contribuíram para a previdência em nenhum momento, as contribuições e benefícios de comercialização da produção rural e as renúncias previdenciárias, como o SIMPLES e a CPMF, verificaremos que vamos sair de um quadro de déficit para um quadro de equilíbrio ou de superávit.

No entanto, há necessidade de fazer a devida classificação orçamentária. O que é previdência será previdência. Não podemos entender como parte da previdência quem nunca contribuiu para esse fundo, embora seja importante que o Estado assuma a sua responsabilidade, como assistência, pelos necessitados e carentes, que precisam dela. Esse é outro dado que trazemos, como uma contribuição para reflexão, à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Educação: ali, só há uma palavra que não gosto de usar. Digo investimentos, em vez de gastos. Total de investimentos com a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino: 29,2. Isso consta do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que prevê um percentual de 30%. Por uma questão de aproximação, pensamos que isso não foi algo tão significativo, porque o Governo ultrapassou o percentual constitucional de 18%, que era de sua responsabilidade aplicar.

Na cultura, esta é a distribuição: a educação e a cultura, Gilmar, sempre foram a nossa paixão. Um dado que o Humberto me permitirá repassar — ele é da parte privilegiada; falo muito mais aqui como cidadão do Nordeste, Senador Francisco Dornelles, e não do Rio —, é que precisamos, dentro de uma visão federativa, ter uma melhor compreensão em relação aos aspectos da distribuição dos recursos.

A Lei Rouanet, fruto da renúncia fiscal, um imposto que se veste com outra roupa, tem 40% dos seus recursos — os senhores vão ver, daqui a pouco, o gráfico — oriundos das estatais. Foram destinados ao Sudeste, em 2006, 83% dos recursos. Se incluirmos a Região Sul, o total sobe para 95%. Os 5% restantes desses recursos, que atingiram 970 milhões, ou seja, quase 1 bilhão de reais em 2006, foram destinados ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste.

Trago esses dados como uma reflexão, já que isso é um parecer técnico — são números irrefutáveis —, para que, no devido exame da matéria, encontre-se uma solução para melhor distribuir esses recursos. Vejam a Bahia, terra do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, com a sua riqueza cultural, e Pernambuco, terra do meu amigo e companheiro do Tribunal, Marcos Vilaça, com Recife e Olinda e suas tradições culturais. Não estou puxando a brasa para a minha sardinha, o Ceará, Deputado Eunício Oliveira, mas vejo a necessidade de se repensar a forma de dar ao Ministério da Cultura, por meio do Fundo Nacional de Cultura, condições de gerenciar esses recursos, fazendo uma distribuição que melhor atenda à Federação brasileira.

Esta é a distribuição da Lei Rouanet: o Norte ficou com 1,1%; o Nordeste, com 2,7%; o Centro-Oeste, com 5,3%; o Sul, com 7,9%, e o Sudeste, com 83%.

Segurança Pública. A criminalidade está fortemente relacionada ao nível educacional, de saneamento básico, de habitação, de distribuição de renda e, por fim, ao nível de atividade econômica da região.

Este quadro nos mostra crescimento da quantidade de contas não-analisadas. Até 1996, havia 4.386 contas não-analisadas. Esse número subiu, no período de 1997 a 2001, para 11.571 e elevou-se, entre 2002 a 2005, a 20.121. Isso decorreu das transferências voluntárias.

No quadro da Justiça Eleitoral, vemos que houve apenas 11 dias, face à eleição, para analisar e julgar as contas dos candidatos que foram para o segundo turno. As unidades encarregadas da análise necessitam de maior autonomia para promover diligências e circulação de documentos. São sugestões que trazemos, pois tivemos a oportunidade de ter esse contato com o Tribunal Superior Eleitoral.

Os tribunais eleitorais aplicaram cerca de 1.300 multas em 2006, totalizando mais de 27 milhões. Destaco que o TRE do Amapá aplicou, sozinho, mais de 4,5 milhões em multas.

Patrimônio brasileiro na América Latina: essa foi uma sugestão do Ministro Marcos Vilaça, para que pudéssemos trazer ao exame do parecer elaborado pelo Tribunal a distribuição dos bens patrimoniais por órgão responsável. A PETROBRAS, inegavelmente, detém praticamente o maior volume, mais expressivo, como o gráfico está a mostrar.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. UBIRATAN AGUIAR** - Secretaria de Patrimônio da União, os dados são de lá.

Patrimônio brasileiro na América Latina. Imóveis da PETROBRAS por unidades de negócio na América Latina. Também estão distribuídos entre Bolívia, Paraguai, Colômbia, Uruguai e Argentina. A fonte que nos traz esses dados é a própria PETROBRAS.

Cumprimento das recomendações do TCU. Recomendações feitas nas contas do Governo de 2004 e 2005.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Esse é um dado importante. A recomendação é aquela ação pedagógica, de orientação, para aprimorar e aperfeiçoar. O parecer técnico auxiliará e contribuirá para que, quando do julgamento das contas, os Parlamentares tenham esses dados, que, sendo de responsabilidade do Tribunal, subsidiem o seu voto, a sua decisão, aprimorando o processo de exame de contas governamentais.

Mas verifiquem o que acontece. As recomendações feitas nas contas de 2004 e 2005 mostram: 3% insubsistentes, 13% atendidas, 34% não atendidas, 23% atendidas parcialmente, 27% em implementação. Esses dados se encontram na Secretaria de Macroavaliação Governamental. O Secretário Marcelo Eira pode prestar informações mais detalhadas a qualquer Parlamentar que assim o desejar.

Os pareceres prévios foram por contas regulares do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do STF, do STJ, do CNJ, da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar, da Justiça Eleitoral, exceto Paraíba, embora tenha sido feita uma ressalva, da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Ministério Público da União, e contas regulares com ressalva do Poder Executivo e da Justiça Eleitoral da Paraíba.

Foi feita a ressalva, e posso explicar ao Presidente José Maranhão, ilustre representante daquela terra, que o princípio era saudável, a Justiça Eleitoral de lá para a realização de concurso era algo novo no momento. O emprego dos recursos não previstos orçamentariamente, mas que seriam fruto das contribuições das inscrições, foi utilizado de forma indevida. Não caracterizava desvio de recurso, mas uma irregularidade que prontamente foi atendida e acolhida pela Justiça Eleitoral. Não poderíamos deixar de fazer a ressalva, para que o fato não mais se repetisse.

Portanto, Sras. e Srs. Parlamentares, creio que, de forma sintética, para nos limitarmos aos 30 minutos que nos são dados pela Comissão, pudemos trazer a nossa contribuição, que, entendemos, não deva se cingir a esse rápido momento. Queremos que as equipes técnicas do Tribunal e o nosso Gabinete no Tribunal de Contas sejam fontes permanentes. Sinto, inclusive, não só saudade daqueles companheiros com quem eu convivi aqui, mas saudade daquela presença, porque necessitamos desse intercâmbio permanente entre o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas da União. Foi com esse intuito que viemos aqui.

Agradecemos o convite. É uma oportunidade que nos é dada realmente para mostrar a forma como atuamos, técnica, com dados buscados dos sistemas de informação disponíveis no âmbito federal e decorrentes das auditorias realizadas, quer pelo Tribunal, dentro do seu plano de auditorias, quer por solicitação do Congresso Nacional.

Senador José Maranhão, muito obrigado. Fico à disposição de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Depois de ouvirmos a exposição do Ministro Ubiratan Aguiar, que, aliás, brindou-nos com a frase de um grande paraibano, José Américo de Almeida: *"Ninguém se perde na volta"*. E eu acrescentaria, para ser fiel à integridade da frase: *"Voltar é uma forma de renascer"*.

Esse sentimento é também vivido pelo Deputado Humberto Souto, que, primeiro, foi Deputado, depois, Ministro do Tribunal de Contas, e volta agora ao Congresso Nacional. S.Exa. cumpre o determinismo da frase de Zé Américo: *"Voltar é uma forma de renascer."*

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, como Relator das contas do Governo no exercício de 2006 nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

**O SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES** - Sr. Presidente, meu querido amigo Senador José Maranhão, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, meu caro Ministro Ubiratan Aguiar, o relatório que V.Exa. acaba de trazer à Comissão de Orçamento é um retrato da competência, do espírito público, da capacidade de trabalho que sempre caracterizaram a sua vida pública. Ele será extremamente importante para o trabalho que vamos realizar, porque ele contém dados realmente precisos e de grande profundidade, fundamentais para que examinemos essas contas de 2006.

Cumprimento V.Exa. Estou certo de que a Comissão fará um trabalho com grande acuidade e de forma bastante objetiva, podendo sempre recorrer a V.Exa. e à sua equipe todas as vezes que julgar necessário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Pela lista de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, primeiro orador inscrito.

**O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS** - Sr. Presidente, caro Ministro Ubiratan Aguiar, nosso colega, quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho, por ter entendido o espírito dessa inovação da Resolução do Congresso Nacional, que determinou esta audiência. Todos os anos o Tribunal virá fazer essa explanação das contas do Executivo, porque, evidentemente, isso facilita a transparência, permite o debate, o acesso das pessoas às informações, para que todos saibam o que está acontecendo.

Parabenizo-o de forma bastante entusiasmada também pela iniciativa de propor o documento e a sua apresentação de forma que seja multiplicada e chegue ao maior número de pessoas interessadas em saber sobre o



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

dinheiro público, sobre como o Tesouro Nacional aplica seus recursos e como o Governo administra não só os recursos que recebe, mas também as recomendações do Tribunal de Contas quanto às obras. Temos aquele problema das obras inacabadas e irregulares.

Temos agora comitês permanentes nesta Casa, Ministro Ubiratan Aguiar, instalados recentemente por uma questão de interpretação da norma da resolução. Eles permanentemente analisam as questões de execução orçamentária, de informações do Tribunal de Contas da União. E temos um comitê permanente nesta Comissão para também analisar tais informações. Temos o Relator da receita, o Ministro Francisco Dornelles, nosso companheiro, Senador, colega do Partido Progressista. Além de Relator das contas, S.Exa. será também Relator da receita, uma inovação também trazida pela resolução este ano, o que nos permitirá, de forma bastante diferente dos anos anteriores, democratizar a participação de todos na Comissão, porque a receita será definida antes do voto do parecer preliminar. Teremos uma reestimativa de receita antes e uma única depois, por parâmetros macroeconômicos, mas que será distribuída por todas as decisões dos Relatores-Setoriais. Portanto, o recurso será decidido, e, aprovado o parecer preliminar, 20% dos recursos estarão à disposição do Relator-Geral, 55% à disposição dos Setoriais e 25% à disposição das bancadas.

Então, é uma grande inovação, Ministro. Teremos agora, neste ano, pela primeira vez, a análise por esta Comissão de todo o Orçamento da União. Não apreciaremos apenas aqueles 3% que alteramos aqui — crescemos 1,5%, alteramos 3%. Vamos analisar o conjunto total, porque também a resolução inova nas emendas de remanejamento. Há que se apresentar, portanto, a cada bancada estadual, todo o recurso que a União transfere para aquele Estado. Os Estados, por intermédio das suas bancadas, irão, então, propor remanejamento. Cada Comissão terá acesso ao orçamento do Ministério a que ela se destina na Câmara e no Senado. O Relator-Setorial terá que ir a essa Comissão debater o orçamento de cada Ministério. A Comissão terá também a prerrogativa de propor o remanejamento.

Portanto, iniciamos a nova ordem: da transparência e da participação de todos os Parlamentares da Casa. Não só nós, membros desta Comissão, mas todos terão participação na execução orçamentária, na elaboração e aprovação do Orçamento. Com isso teremos, evidentemente, mais transparência.

Esta audiência pública permite à sociedade conhecer as informações.

O Ministro Dornelles terá uma grande responsabilidade como Relator da receita e será assessorado pelo Comitê de Avaliação da Receita Orçamentária, que também é permanente nesta Comissão.

Anteriormente, Ministro Ubiratan, os Relatores-Gerais, em média, aplicaram 70% dos recursos reestimados no Congresso Nacional. Então, o Relator-Geral fazia uma primeira reestimativa e distribuía aos Relatores-Setoriais, mas depois fazia outras reestimativas, e ele aplicava sozinho aqueles recursos. Agora, isso não acontecerá mais. O Relator-Geral estará restrito a 20% dos recursos para aplicar e não terá também a prerrogativa de avaliar a receita.

Essa inovação é importante.

Sr. Ministro, parabéns V.Exa. por ter entendido o espírito da resolução, que é transparência e participação, e também pela explanação. Esse documento permite que possamos multiplicar essa informação para todos os que se interessarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Para melhor administrar o tempo, vamos reunir 5 interpelações, a fim de que o Relator do Tribunal de Contas, Ministro Ubiratan Aguiar, possa respondê-las de uma só vez.

O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Eduardo Valverde, que dispõe de 5 minutos para fazer sua interpelação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Obrigado, Sr. Presidente. Talvez eu não utilize os 5 minutos, porque a exposição foi didática e permitiu uma compreensão geral.

Mas tenho algumas dúvidas e farei indagações ao Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, a quem tive a honra de conhecer pela manhã.

Fiquei muito sensível à idéia que S.Exa. apresentou de articular os controles que existem em cada Poder, em cada instância federativa, para poder aperfeiçoar, no Brasil, o controle e a fiscalização.

O relatório apresentado aponta que o Estado brasileiro gasta muito com terceirizações. De fato, essa foi uma concepção que permeou o Brasil um certo tempo e acabou consolidando uma tendência de difícil solução. Por uma razão: se o Estado nacional contrata diretamente servidores públicos, para reduzir a terceirização, ele eleva o seu limite de gasto com pessoal. É aí que está a famosa sinuca de bico. Como fazer com que se reduza a terceirização? Obviamente melhorando a metodologia de trabalho, os instrumentais que permitem modernizar a gestão pública, para não se necessitar de tantas pessoas e sim de maior instrumental. Mesmo assim, é necessário, em algumas áreas estratégicas do Estado, que haja servidores de carreira, que tenham planos e remunerações compatíveis com a responsabilidade.

A pergunta que faço ao Ministro Ubiratan Aguiar, na visão geral que o TCU tem da máquina pública, é como fazer essa transição do serviço terceirizado em vários Ministérios para servidores de carreira no regime estatutário.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

A proposta apresentada, que tramita nesta Casa, das fundações públicas regidas pela CLT seria uma solução? Ou na verdade é um meio-termo que não resolveria o problema?

A segunda indagação é no tocante às renúncias de receitas, apontadas em valor expressivo. Parte delas é de caráter social, que são o PROUNI e a isenção de entidades filantrópicas, mas boa parte também é incentivo a micro e pequenas empresas, o Super-SIMPLES, por exemplo, que é uma renúncia de receita. Vamos compatibilizar essa necessidade social do Estado de atender as populações mais fragilizadas, à função econômica do Estado de estimular setores fragilizados e com micro e pequena empresa com o menor impacto que cause essa renúncia. Qual seria a solução intermediária?

Por último, as transferências voluntárias da União. Temos um problema na Comissão de Orçamento e no Congresso Nacional. As emendas Parlamentares, dentro do processo, embora a resolução do Congresso Nacional deste ano venha apontar um certo direcionamento de metas, são pulverizadas. Parte dessa transferência voluntária custeia emenda de bancada, emenda individual, que, por sua pulverização, torna difícil seu controle e, em muitos casos, até o desvirtuamento da sua finalidade. Qual é a proposta ou a visão do TCU no tocante a esse aperfeiçoamento do processo fiscalizatório de controle, dessa pulverização de emendas provenientes das transferências voluntárias?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Deputado João Leão.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - Meu caro Presidente, Senador José Maranhão; meu caro Relator, Senador Francisco Dornelles, a quem temos o prazer muito grande de ter como Presidente do nosso partido e de ver na nossa Comissão com essa responsabilidade muito grande de relatar as contas do Governo da República; meu caro Ministro Ubiratan Aguiar, que continua brilhando como sempre, temos o prazer, meu caro Bira, de tê-lo tido como colega, como companheiro nesta Comissão, nesta Casa legislativa, onde V.Exa. fez um dos grandes trabalhos em todas as áreas. Agora, como Relator das contas do Governo da República, traz uma novidade ímpar. Sou membro desta Comissão, meu caro Ministro Ubiratan Aguiar, há praticamente 14 anos, e nunca tivemos uma explanação tão importante, tão objetiva como a que V.Exa. fez sobre as contas do exercício de 2006.

Tivemos, nesta Comissão e no Congresso Nacional, alguns problemas. Talvez, por culpa desses problemas, o Governo tenha tido dificuldades na execução da peça orçamentária. Vou lhe dar um exemplo. V.Exa. diz: *“Em consequência cerca de 30% das ações definidas na LDO como prioritárias não foram sequer acolhidas pela LOA. Outras, ainda que incluídas na lei orçamentária, não foram executadas no Orçamento de 2006”*. V.Exa. está dizendo totalmente a verdade.

O Governo é culpado? Não. Infelizmente não. Por quê?

Nós aprovamos todas as LDOs. A LDO foi instituída na legislação quando V.Exa. foi Constituinte no ano de 88. A partir do ano subsequente tivemos a LDO antecedendo o Orçamento da União. O que ocorreu durante esses exercícios todos? Nunca a LDO foi aprovada no prazo respectivo, até o momento presente, na data legal.

No exercício de 2006, aprovamos a LDO infelizmente no final do ano de 2005, junto com o Orçamento da União. Como o Governo, com a peça orçamentária, a LOA já nesta Casa, podia incluir as peças da LDO no exercício de 2006?

Agora, sim, meu caro Ministro Ubiratan Aguiar, tivemos o prazer e a honra de ser Relator indicado pelo nobre Presidente Senador José Maranhão e, pela primeira vez, de ter a LDO aprovada no prazo.

Não foi por causa do Relator, de maneira nenhuma, mas pelo interesse absoluto desta Comissão e de seus membros, o empenho do nosso Presidente José Maranhão, que fizeram com que chegássemos ao prazo correto. Um dia antes, aprovamos a LDO.

Agora o Governo não tem mais desculpa. Acabaram-se as desculpas de as metas e prioridades e tudo o que consta da LDO não ser incluído na LOA. Chega de desculpas. Agora o Congresso não é mais culpado.

Quero dar os parabéns a todos os colegas da Comissão, na pessoa do nobre Presidente José Maranhão, na pessoa do nobre Relator, Senador Francisco Dornelles, pelo empenho que esta Comissão teve de realmente fazer um trabalho excepcional de aprovar a LDO no prazo legal.

Meu caro Ministro Ubiratan Aguiar, poderia dizer muitas coisas. V.Exa. fez uma explanação excepcional. Realmente, temos algo em comum: a questão das despesas com educação. Acredito que educação não é despesa, mas investimento. V.Exa. está realmente coberto de razão. Neste País, precisamos aumentar os investimentos em educação.

Lembro-me, Bira, de que V.Exa. era um defensor da educação nesta Casa. Deixe-me dizer: V.Exa., Ministro Ubiratan Aguiar. O vício do charuto faz com que a boca fique torta.

Meu caro Ministro Ubiratan Aguiar, V.Exa. era um dos grandes defensores da educação. Quanto V.Exa. criou e trabalhou pela aprovação na área da educação! Tivemos o FUNDEF, que teve o empenho muito grande de V.Exa. nesta Casa. Agora partimos para o FUNDEB, que vem melhorar ainda mais aquele trabalho pelo qual tanto lutou nesta Casa. Acompanhamos o amor que tinha pela educação do Brasil e para melhorar os níveis da educação.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Quando vejo, na maioria dos municípios brasileiros, o aluno terminar o curso fundamental e não conseguir vaga no segundo grau, fico realmente triste.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Quero lembrar ao Deputado João Leão, que o prazo já transcorreu, ultrapassando 2 minutos. Mas creio que todos queremos ouvi-lo. Se V.Exa. quiser mais uma prorrogação, vamos concedê-la.

**O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO** - É o entusiasmo de ver o velho companheiro, amigo, visitando-nos e trazendo uma peça maravilhosa, como essa que é também de ter um Relator como o Senador Francisco Dornelles, que vai concluir esse trabalho feito pelo Ministro Ubiratan Aguiar.

Sr. Ministro, deixo um grande abraço a V.Exa., a nossa admiração, o nosso companheirismo e o orgulho que temos de ter votado em V.Exa. e de poder dizer que temos um representante que foi Deputado nesta Casa e que honra o Tribunal e honra o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Deputado Claudio Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, nobre Ministro Ubiratan Aguiar, Sr. Secretário de Macroavaliação, caro Senador Francisco Dornelles, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, como neófito na política, fico admirado em ver a didática, a competência e o entusiasmo do Ministro Ubiratan Aguiar. V.Exa., tenho certeza, é um dos grandes patrimônios do País, herança querida do nosso Estado Ceará, nordestino como eu, que sou da Bahia. Fico muito satisfeito, Ministro, em ver a exposição didática de V.Exa. Não tenho nenhum receio em afirmar que foi das melhores exposições que a Comissão de Orçamento teve oportunidade de assistir: didática, clara e objetiva.

Isso nos alegra muito, porque V.Exa. à frente do TCU, não tenha dúvida, é um orgulho para nós, Parlamentares, oriundos da mesma matriz funcional que alçou o atual cargo de V.Exa.

Por isso, Sr. Ministro, parabenizando V.Exa. pela exposição.

Quero fazer alguns comentários e elaborar 2 questões que considero importantes. A questão, por exemplo, do descumprimento. V.Exa. mostrou, está no livro, que o Governo não tem atendido às recomendações do Tribunal no que diz respeito ao descumprimento da legislação. Trinta e quatro por cento não foram atendidas e 23% foram atendidas parcialmente, o que resulta em quase 55% das recomendações não efetivadas. Vinte e sete estão em implementações e apenas 13% foram atendidas. Isso significa, a meu ver, um percentual extremamente baixo em relação ao cumprimento da execução orçamentária e da ação do Governo em relação ao que a lei estipula. Ou seja, essas graves falhas são um desrespeito à lei.

Nesse caso, vejo que há de se tomar algumas medidas. Quero perguntar de forma mais enfática quais as medidas que serão adotadas. A partir do momento em que o Tribunal condena uma ação ou uma prestação de contas ou que recomenda que se cumpra determinado procedimento, e o Governo não o faz, o gestor vai arcar com que tipo de punição? Quais as punições estão sendo efetivadas ou em andamento?

Quanto aos recursos públicos, qual é a repercussão dessas recomendações que não estão sendo atendidas?

Creio que isso é extremamente grave e quero ouvir do Sr. Ministro, em relação a esse ponto especificamente, o que está sendo feito.

Segundo, há situações, como a da LDO, que o Deputado João Leão expôs com certa correção. Felizmente, o Parlamento brasileiro, nós da Comissão, estamos agora conseguindo votar a LDO e o Orçamento nos prazos estipulados pela Constituição. Sabemos que esta é uma Casa política e que nem sempre há consenso para se votar. Então, não existe uma lei perfeita, mas a lei possível. Aprendi isso quando cheguei aqui no meu primeiro mandato, e hoje coloco isso em prática, também pelo viés político de que nem sempre é possível construir um bom acordo. Tenta-se.

No caso da LDO, que não é implementada na LOA, 30%, V.Exa. disse, verifico que há uma despesa superior à dotação orçamentária.

No relatório de V.Exa., Ministro, ficou evidenciada a realização de despesa superior à dotação total aprovada. Essa prática é vedada pela Constituição, em seu art. 167, inciso II. O relatório cita algumas empresas estatais que descumpriram essa vedação constitucional, e entre elas a PETROBRAS.

Pergunto: essas infrações graves constatadas no relatório de V.Exa. podem acarretar quais tipos de sanção a seus dirigentes?

Com relação à reincidência da prática anunciada por V.Exa., quais as ações foram desenvolvidas pelo TCU para coibir o hábito? Por que, quando se constata, faz-se a observação, recomenda-se, não se atende a recomendação e se reincide, ficamos reiteradamente nas recomendações?

Sou membro do Comitê sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Estamos inclusive fazendo uma visita *in loco* em algumas obras, para dar notoriedade, porque a Comissão de Orçamento tem uma imagem negativa perante a sociedade. No passado, ela ficou estigmatizada como a Comissão dos Acordões, muitos deles não



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

muito corretos, ou incorretos, ou totalmente incorretos. Precisamos demonstrar que esta Comissão não é apenas da elaboração do Orçamento e da votação das suas matérias, mas acima de tudo da fiscalização.

Então, nós, Ministro, temos que atuar com mais sintonia, com mais proximidade com o TCU. Essas visitas *in loco* darão, na minha opinião, a visibilidade do trabalho que a Comissão está fazendo em termos de fiscalização, não deixando essa tarefa somente a cargo do Tribunal, que exerce uma fiscalização muito mais técnica. Politizamos essa questão para envolver a sociedade e combater esse grande mal que está no País: a corrupção aliada à impunidade.

O Supremo Tribunal Federal acatou as denúncias, e estamos vivendo uma nova égide em termos de persecução da Justiça e da sua condenação.

Esperamos que a impunidade, com o exemplo que vem de cima, seja uma questão do passado deste País, porque é o que nos coloca nesse terceiro mundismo, absolutamente lamentável.

Atenho-me, Sr. Ministro, a essas 2 questões, porque considero importante não apenas vermos o lado das recomendações nas prestações de conta, como também quanto às irregularidades praticadas nas sanções aos seus gestores.

Mais uma vez parablenho V.Exa. pela brilhante exposição e fico orgulhoso de tê-lo tido como colega neste Parlamento, já que tive a alegria de dar meu voto para elegê-lo Ministro e repetiria se preciso fosse.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Francisco Dornelles) - Muito obrigado, Deputado Claudio Cajado por suas observações, sempre muito competentes.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Duarte Nogueira, pelo prazo de 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Senador Francisco Dornelles, que preside a audiência pública neste instante, em decorrência da ausência temporária do Presidente efetivo, Senador José Maranhão; Ministro Ubiratan Aguiar; Dr. Marcelo Eira, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Ministro Ubiratan Aguiar não só pelo trabalho publicado e apresentado à nossa Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização mas também pela exposição muito didática e ao mesmo tempo esclarecedora.

S.Exa. foi Parlamentar Constituinte nesta Casa e agora, na missão de Ministro do Tribunal de Contas, nos oferece um apoio e uma elucidação enormes na tarefa de melhorar a execução orçamentária e a aplicação dos recursos públicos do País.

O Brasil, Ministro, depois de ter saído de uma inflação crônica para um quadro de sustentabilidade, fez valer, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, um esforço para que o Orçamento público fosse mais bem cumprido e respeitado pelos agentes nos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Ainda temos um país que oferece muitos privilégios para alguns segmentos em função de uma cultura secular que carregamos desde o período colonial, dos livros de História. Ao mesmo tempo, a interpretação da cultura na nossa sociedade ainda nos permite ver isso claramente.

Precisamos, a exemplo do que está sendo feito hoje aqui, fazer um esforço enorme para o País se modernizar, para estabelecer os marcos regulatórios, a ação das agências reguladoras de maneira a ordenar melhor a relação da iniciativa privada, que é o caminho para reduzir as despesas de governo e aumentar a prestação de serviços públicos e de infra-estrutura para a sociedade.

Temos de inovar a previdência, como lembrado pelo Ministro Ubiratan Aguiar. Há 20 anos, quando era Constituinte, esse tema já era de enfrentamento e de polêmica e vai continuar sendo sempre se não tratarmos essa questão de maneira responsável e efetiva, se a empurrarmos com a barriga permanentemente. O País precisa crescer na convergência de todas essas ações, mas com a redução das despesas públicas, principalmente com a incidência da carga tributária individual do contribuinte.

Sr. Ministro, o IPEA aponta que 47% da pobreza do nosso País é gestada pela falta de educação. Os 20% mais pobres do Brasil têm apenas 3 anos e 6 meses, em média, de escolaridade, menos de 4 anos nos bancos escolares, e os 20% mais ricos acima de uma média de 10 anos de escolaridade.

Isso já demonstra a auto-suficiência ou a capacidade de gerar renda, riqueza e prosperidade pelos que têm acesso mais continuado às escolas e à educação, considerando-se inclusive a diferença da qualidade de ensino em grande parte das nossas redes escolares.

Tive a oportunidade de, ouvindo o Ministro, fazer algumas observações.

Quanto à nossa execução orçamentária, o Governo brasileiro não tem planejamento na atividade governamental, porque se tivéssemos aquilo que costumo chamar de estrabismo positivo, um olho no presente e outro no futuro,



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

delineando um bom planejamento de governo, não estaríamos, mais uma vez, remoendo problemas do passado, com as considerações de prazos, no caso a votação da LDO, que o Congresso conseguiu realizar em tempo hábil.

A outra questão é que não há uma ação de Governo em gestão para os resultados. Não há metas cumpridas do ponto de vista dos objetivos a serem alcançados.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Chamo a atenção do orador para o fato de que o seu tempo de intervenção já acabou.

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Para concluir, Sr. Presidente, as minhas questões referem-se, respectivamente, à redução da carga tributária individual, à qualidade no gasto — economia no gasto com prioridade, quando tudo é prioridade, nada é prioridade, como ficou muito bem colocado no relatório do Ministro Ubiratan —, e a parceria com a iniciativa privada em função dessa visão ideológica tacanha e segregada que enxergamos no atual Governo. Só para se ter idéia do que isso viabilizou para o País, das 20 melhores rodovias do Brasil, 19 estão no Estado de São Paulo; das 19, 18 são concessões com a iniciativa privada. Esse é um exemplo claro do que pode ser feito.

Por fim, peço ao Sr. Ministro que nos ofereça um esclarecimento, se for possível. No entendimento de V.Exa., o Decreto nº 6.170, de 2007, exarado pelo Poder Executivo, atende às recomendações do Tribunal de Contas da União no sentido de, entre aspas, “exercer o controle sobre todo o ciclo das transferências voluntárias, com correção dos seus vícios, a partir da programação orçamentária, a reestruturação da capacidade de celebrar, acompanhar e fiscalizar a execução, avaliar os resultados e as prestações de contas, suspendendo, se necessário, a celebração de novos termos de convênio, contratos de repasse ou termos de parceria por órgãos federais que detenham elevado estoque de prestação de contas não analisadas”?

Ministro, qual seria a contribuição que o Congresso Nacional poderia dar para melhorar esse ciclo de transferências voluntárias?

Que sugestão V.Exa. daria para esse polêmico problema de dificuldade de acompanharmos a transparência no uso do chamado cartão corporativo, que em 2005 exerceu de despesas 21 milhões de reais; em 2006, 33 milhões reais, e agora em 2007, até julho, 45 milhões de reais, sendo 80% saque de dinheiro na boca do caixa, descumprindo o decreto do Governo, de 26 de dezembro de 2006, que estabelecia que as despesas deveriam ser justificadas e deveria evitar saques em dinheiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Sciarra.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Ministro Ubiratan Aguiar, quero ressaltar o belo trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União, a síntese do relatório e pareceres apresentada pelo Ministro Aguiar, e dizer da importância das alterações feitas no funcionamento da Comissão de Orçamento, a resolução aprovada o ano passado, e que tem feito com que esta Comissão, na sua plenitude, exerça um papel importante com relação ao acompanhamento da execução do Orçamento e das ações correlatas à nossa Comissão.

Ressalto o papel do Tribunal de Contas da União, que tem sido muito pró-ativo e vive um momento em que a sociedade brasileira tem reconhecido seu trabalho, tem observado claramente ações que dizem respeito à sua atuação.

Nesta semana, estive num seminário no TCU, organizado pelo Ministro Augusto Nardes, também nosso ex-companheiro. As visitas que sua equipe tem feito para verificar os problemas de infra-estrutura são muito importantes, e a sociedade tem reconhecido esse trabalho.

Ressalto esse relatório, que apresenta riqueza de dados e é um subsídio importante para o trabalho da Comissão.

Chamam a atenção alguns aspectos, como a evolução das despesas correntes da União, que apresentaram uma evolução de 18,86%, rompendo o equilíbrio entre receita e despesa, por esse incremento, e as despesas, como um todo, têm sofrido, nos últimos anos, um incremento muito grande.

Não há CPMF que agüente o aumento de despesas do Governo nestes últimos anos.

Atendo-me ao que é colocado no relatório, quero ressaltar o que já foi levantado pelo companheiro, Deputado Claudio Cajado, sobre a realização das despesas superiores à dotação total aprovada, contrariando inclusive os dispositivos da Constituição Federal. Trata-se de infração que tem sido recorrente — o relatório assim prevê —, e tem havido reincidência.

Queremos saber do Ministro quais ações podem ser tomadas quanto ao descumprimento dessa norma constitucional.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Com a palavra o Sr. Deputado Manoel Junior, último interpelante inscrito.

**O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ** - Sr. Presidente, eu levantei a mão algumas vezes, pensei que V.Exa. tinha anotado. Deputado Giovanni Queiroz.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**O SR. DEPUTADO MANOEL JUNIOR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ministro Ubiratan Aguiar, em nome de V.Exa., parabeno o Tribunal de Contas da União pela celeridade e aplicação com que prepararam a documentação e o relatório sobre as contas do Governo referentes a 2006.

Como neófito nesta Comissão — é meu primeiro mandato de Deputado Federal —, sinto-me muito honrado de participar desta audiência pública. Quero corroborar o que foi dito pelos meus companheiros de Comissão.

Vimos, na pág. 23 do relatório, a referência aos gastos do Governo no setor educacional do País. A minha pergunta é justamente pautada na constatação, feita pelo Tribunal de Contas da União — há cerca de 3 anos milito no movimento municipalista —, do não-repasse da complementação por parte da União aos Estados, que efetivamente precisam ser complementados no tocante ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, hoje o FUNDEB.

A meu ver, esta Comissão Mista de Orçamento evoluiu bastante a partir da Resolução nº 1, não só em relação à democratização das ações da Comissão (LDO, PPA e LOA), mas também à busca permanente de apresentar, na pessoa do Presidente José Maranhão, ao Congresso Nacional uma proposição no sentido de dar mais transparência às suas ações.

Vale lembrar que, pela transparência e pela participação popular, nós acompanharemos, nos próximos dias — eu, como Relator-Setorial designado pelo meu Bloco, o Presidente José Maranhão, o Vice-Presidente Roberto Rocha e os Relatores José Pimentel e Vignatti —, as audiências públicas que ocorrerão em todas as regiões do País.

Portanto, Ministro, cumprimento V.Exa. pelo intercâmbio e pela parceria permanente firmada entre Tribunal de Contas e Comissão Mista de Orçamento. V.Exa. já esteve nesta Casa e brilhou neste Parlamento como Constituinte. Parabeno V.Exa. e a excelente equipe técnica do Tribunal de Contas da União pelo trabalho realizado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Antes de passar a palavra ao Sr. Ministro Ubiratan Aguiar para responder às interpelações, registro, mais uma vez, a presença do atual Presidente do Tribunal de Contas da União, como fato importante na relação institucional desta Comissão.

Ministro Ubiratan Aguiar, eu conheço V.Exa. desde as nossas lides no Congresso Nacional. Portanto, sei perfeitamente a competência e a dedicação com que abraça as tarefas que lhe são confiadas no exercício das funções públicas que sempre desempenhou com muito brilhantismo. E registraria apenas um fato da vida parlamentar que me fez permanente admirador de V.Exa. Refiro-me à forma como V.Exa. se dedicou à tarefa cíclica e complexa de relatar a atual Lei de Diretrizes da Educação do País. Foi um trabalho complexo, porque, de um lado, havia pressões políticas e institucionais e, de outro, o compromisso com a seriedade e o caráter técnico-científico de seu trabalho à frente da Comissão de Educação na Câmara Federal.

Quero dizer a V.Exa. que esta Comissão, que em alguns momentos infelizes de sua história se tornou conhecida por escândalos que a envolveram no processo de elaboração do Orçamento — e digo isso sem nenhuma jactância e sem nenhum interesse de autopromoção dos companheiros que aqui militam —, trabalha à luz de uma disciplina rígida, marcando sua atuação pelos princípios da ética e, sobretudo, calcando todo o direcionamento de sua atividade na Resolução nº 1, o nosso Regimento Interno, que assinala um novo tempo na vida da Comissão de Orçamento, que, no passado, funcionava de forma aleatória, sem um regulamento interno que disciplinasse seu trabalho. Aliás, convém ressaltar que temos cumprido religiosamente tudo o que está preceituado nesse Regimento e nos Regimentos do Senado e da Câmara Federal que funcionam subsidiariamente quando alguma omissão se apresenta no curso das decisões desta Comissão.

Paralelamente a isso, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional projeto de decreto legislativo que disciplina o trabalho da Comissão no que respeita ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária, tarefa constitucional desta Comissão, exercida com o contributo e apoio valiosíssimos do Tribunal de Contas da União, hoje tão bem dirigido por V.Exa. Um Tribunal, como já afirmei aqui várias vezes, que possui toda instrumentalidade necessária às informações solicitadas pelo Legislativo, que tem a tarefa constitucional de exercer o importantíssimo papel de fiscalizar e acompanhar a execução orçamentária.

Esse novo estatuto, com a nossa gestão à frente desta Comissão, a dedicação dos nossos companheiros e a valiosíssima contribuição de nossa Consultoria, deverá ser aprovado dentro de poucos dias. De forma que V.Exa., que já tem tarefas ingentes à frente do Tribunal de Contas da União — sei disso, mas todos nós ficamos sabendo muito mais ainda depois do relatório que V.Exa. apresentou aqui —, a partir da aprovação desse novo estatuto, terá muito mais tarefas a executar. Vá se preparando para isso, porque, no momento que esse instrumento legal for aprovado, naturalmente os integrantes da Comissão, Deputados e Senadores, estarão muito mais estimulados a solicitar o contributo valiosíssimo e técnico, eminentemente técnico, do Tribunal de Contas da União.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ministro Ubiratan Aguiar, receba de todos os integrantes desta Comissão a expressão do nosso mais espontâneo reconhecimento ao trabalho que V.Exa., seus pares e os órgãos técnicos do Tribunal de Contas da União vêm prestando nessa tarefa fundamental para os novos tempos que o País e a sociedade brasileira estão vivendo e testemunhando, ou seja, maior transparência na gestão pública e maior rigor na execução e fiscalização orçamentária. Tudo isso resultará, sem dúvida nenhuma, em benefícios efetivos para a sociedade e melhor e mais eficiente utilização dos recursos públicos, visando à boa execução dos serviços governamentais. Receba, igualmente, expressão de meu melhor reconhecimento ao trabalho que V.Exa. acabou de apresentar à Comissão de Orçamento.

Quero, neste momento, mais uma vez, expressar o desejo que todos nós temos de estreitar cada vez mais a relação funcional entre a Comissão de Orçamento e o Tribunal de Contas da União.

Com a palavra ao Ministro Ubiratan Aguiar para responder as interpelações.

**O SR. UBIRATAN AGUIAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de responder as interpelações feitas, agradeço ao Senador Francisco Dornelles a generosidade que a amizade constrói. Se os anos de convivência, de um lado, causaram-me admiração permanente ao trabalho, ao talento e à retidão de Francisco Dornelles, de outro, a convivência diária e um pouco do que eu pude ajudar a construir na minha passagem pelo Parlamento são a razão maior da generosidade de sua parte na referência que me fez no seu pronunciamento. De coração, muito obrigado.

Caro Deputado Eduardo Valverde, V.Exa. abordou o problema dos terceirizados. As despesas com pessoal tiveram aumento de 22% entre 2005 e 2006 e a despesa relativa à terceirização cresceu na ordem de 1%. Como solucionar? Eu vejo a necessidade de que esses cargos sejam providos, a curtíssimo prazo, por meio de concursos públicos, porque estamos a nos deparar com situações preocupantes. Por exemplo, no DNIT. Há poucos dias, tivemos uma reunião com representantes do DNIT, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil e as áreas técnicas do Tribunal. O maior problema que eles enfrentam, primeiro, é a necessidade de pessoal técnico para a área de projetos, de análise de projetos, de prestação de contas e de fiscalização.

E 2 pontos ressaltam, conforme claramente revelado. Apesar dos concursos realizados, o pessoal técnico tem um nível salarial inferior a 3 mil reais, e eles não se conseguem reter engenheiros no seu quadro. E o resultado são soluções altamente perigosas, como a contratação de empresas de consultoria para executar essas tarefas que são próprias da atividade-fim. Por quê? Geralmente, no âmbito do setor privado, elas caminham associadas a empresas de construção.

O que se verifica é que daí pode nascer um conluio danoso ao Erário, cujos prejuízos seriam bem superiores, se se pensasse na contratação — a Casa Civil até já nos respondeu a respeito —, de engenheiros dentro de uma linha horizontal. Isso está sendo estudado, segundo informações que nos chegaram ao conhecimento.

Quanto à renúncia de receita, é importante que a lei de criação da renúncia contenha a previsão de impacto sobre a arrecadação. O controle e a fiscalização das renúncias são mais difíceis, pois não estão no Orçamento.

E quanto às transferências voluntárias, no item 1, à página 42 — enquanto o nobre Deputado falava, o Secretário Marcelo Eira já o sublinhava para mim —, diz:

*“Ao Poder Executivo que restabeleça o controle sobre todo o ciclo de transferências voluntárias, com correção de seus vícios a partir da programação orçamentária, reestruturação da capacidade de celebrar, acompanhar e fiscalizar a execução, avaliar os resultados e as prestações de contas, suspendendo, se necessário, a celebração de novos termos de convênio, contratos de repasse ou termos de parceria por órgãos federais que detenham elevado estoque de prestações de contas não analisadas”.*

E isso preocupa. Como eu disse, são 39 mil convênios em que as prestações de contas sequer foram analisadas, por essa deficiência na área de pessoal. Nisso estão envolvidos recursos superiores a 12,5 bilhões de reais.

Quanto ao que falamos em conversa anterior, defendo sinceramente uma idéia que quero manifestar para ser objeto da reflexão dos Srs. Parlamentares. Temos o controle interno do Poder Executivo, hoje exercido pelo Ministério da Controladoria e Transparência. Temos o controle interno do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Temos o controle específico realizado por COAFI, Banco Central e Receita. Temos o controle feito pelos órgãos de investigação, o Ministério Público e a Polícia Federal. Temos os tribunais de contas estaduais e municipais. Formamos esse grande arquipélago com o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União, mas essas ilhas não se comunicam, não interagem.

Como disse, os sigilos bancário, fiscal e telefônico é do Estado. Não é desse ou daquele órgão. Nós, Tribunal de Contas, pedimos que o Poder Legislativo, enquanto não vem um Sistema Nacional de Controle, aprove emenda do Senador Antônio Carlos Valadares que nos dá acesso a esses sigilos. Ficaremos responsáveis pela confidencialidade. Temos a evolução patrimonial de todos os dirigentes públicos do País, e no entanto nunca se ouviu falar em vazamento dos dados guardados no Tribunal de Contas da União. Tenho orgulho de dizer que pertenci ao Parlamento brasileiro. Hoje,



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

tenho orgulho de pertencer ao Tribunal de Contas da União, que tem um quadro funcional de excelente qualificação, todo ele admitido por concurso público.

É necessário que tenhamos essas condições. E esse Sistema Nacional de Controle tem de partir de um banco nacional de dados, de um cadastro nacional de gestores, de uma interação e de uma integração de todos esses órgãos e do compartilhamento das ações.

Há poucos dias, o Ministério Público, em relação a determinado processo que já havíamos julgado, dizia: *“Infelizmente, vocês não tiveram acesso a outros dados que tínhamos, e, agora, nós os estamos trazendo”*. Eu disse: *“Ótimo, nos dêem as condições, nos tragam os fatos novos, que encaminho ao Ministério Público que funciona junto ao Tribunal e reabriremos o processo”*. E por que julgamos assim? Porque não tivemos acesso direto, como o MP, a esses sigilos.

Meu caro Deputado Eduardo Valverde, sua saudável provocação me permite levantar essa questão que, tenho certeza, merecerá a atenção e o estudo dos nobres Parlamentares.

Quero parabenizar a Comissão de Orçamento pelos novos tempos que vive. Não é surpresa para mim. O Senador José Maranhão — eu já ia dizendo Deputado, pois fomos Deputados contemporaneamente —, juntamente com os demais Senadores e Deputados e com o Relator, Senador Francisco Dornelles, a quem já me referi há poucos instantes, inauguram esse novo momento de respeito aos prazos para votação das matérias. Claro que seria impossível, se a LDO e a LOA, que são votados quase simultaneamente, pudessem contemplar as disposições uma da outra, porque não haveria sequer tempo hábil para que isso se processasse. Mas espero que realmente se possa agora caminhar dentro do espírito da lei, em que a pirâmide PPA, LDO e LOA dêem condições para que haja um melhor planejamento governamental.

Ele falou sobre educação e sobre FUNDEF. Tenho dados — não se trata de inconfidência — que me foram passados pelo Secretário Marcelo Eiras. Fui o Relator do FUNDEF. Não foi possível fazer um fundo nacional por várias dificuldades. Criou-se, então, um fundo estadual — e haveria da parte dos Estados e dos municípios alguma contribuição para esse fundo. E havia o cálculo de um *per capita* nacional, que era a divisão do total de recursos pelo número de alunos matriculados no ano anterior, mais estimativa de novas matrículas. Sabem os senhores quantas vezes essa norma contida no art. 6º da lei do FUNDEF foi cumprida? Nenhuma vez. No período levantado, de 2000 a 2006, deixaram de ser repassados — atentem bem, principalmente para os Estados e municípios mais carentes do País — 29 bilhões de reais. Como filho da terra, perguntei ao Secretário Marcelo Eiras quanto o Ceará tinha deixado de receber. Foram 3,9 bilhões. Então, seja bem-vindo o FUNDEB, sucessor do FUNDEF, incluindo agora a educação infantil e o ensino médio, mas que se atente para isso, pois não observado em relação ao cumprimento da lei do FUNDEF.

O nobre Deputado Claudio Cajado referiu-se ao não-atendimento das recomendações. É aquela ação do Poder Legislativo. Embora não subordinados, mas assessorando, nós trazemos pareceres. Anualmente, fazemos um relatório de atividade — trazemos os elementos. A ação da fiscalização, a ação tempestiva, a ação sancionadora, enfim, a ação do Poder Legislativo deve se direcionar no sentido de que o órgão que exerce o controle externo, que é o braço do assessoramento do Poder Legislativo, possa realmente ter a resposta positiva, invertendo aqueles dados que nos constroem. E realmente nos constrange. Quanto às determinações, as fiscalizações, quando se trata de órgãos específicos, temos uma ação muito vigorosa.

Recentemente, numa reunião com dirigentes de um determinado órgão, tive de dizer — isso não é muito do meu feito, mas não fujo de fazê-lo quando necessário — que, depois de 1.500 determinações não cumpridas, em que 200 são matrizes, as outras já são repetições, a partir de agora a presunção da boa-fé está afastada. Vou considerar como dolo e sair com nota de improbidade administrativa e aplicação de sanções. Foi uma terapia de choque, mas parece que vai resolver.

São essas as questões que trazemos e espero que o Poder Legislativo, talvez como o Poder mais importante da República, pois é onde a sociedade tem um acesso mais direto, possa encontrar os caminhos.

Quanto às estatais, faço outro pedido. Já percorri muitos caminhos, caro Senador Francisco Dornelles, caro Presidente. Nós, Constituintes, no § 1º do art. 173, escrevemos que lei definiria o estatuto jurídico das estatais estabelecendo vários aspectos, como contratos e licitações. Nossa Constituição completa 19 anos agora em outubro, e essa lei nunca saiu. A única Lei de Licitações que existe é a nº 8.666. Aproveitou-se um decreto que regulamentava a Lei do Petróleo e se incluiu matéria estranha, que era sobre licitação no âmbito da PETROBRAS. O decreto não poderia fazer isso, primeiro porque trataria da regulamentação da Lei do Petróleo. Era matéria estranha. Segundo porque, na hierarquia das leis, ela não poderia dispor contrariamente ao que dispõe a Lei nº 8.666.

Então, no Tribunal, necessitamos que essa previsão de lei que está no § 1º do art. 173 saia. Julgaremos de acordo com ela. Em verdade, o que existe é que o Tribunal reconhece legitimidade na PETROBRAS, no Banco do Brasil,



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

na INFRAERO, na ECT, de ações próprias das estatais. Encontramos legitimidade, mas o julgamento é com base legal. Para se ter uma idéia, está estipulado na Lei de Licitações que carta-convite é até 80 mil. Não é isso?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. UBIRATAN AGUIAR** - Foi alterado para 150 mil, é verdade. Faz-se uma licitação de 1 bilhão de reais numa estatal por carta-convite. Como vou julgar? Tenho de julgar com base na lei. Aí, eles se valem do decreto e impetram mandado de segurança. Vai para o Supremo, concede-se liminar. Quando o mérito vai ser julgado, sinto uma saudade de Virgílio Távora, que dizia: *“Meu filho, quando isso acontece, já morreu o burro e quem o tange”*. Essa é a verdade. Não precisamos ter uma queda-de-braço, mas um abraço, um encontro. Para isso é necessário que essa lei saia.

O Deputado Duarte Nogueira falou sobre as agências reguladoras. Aqui estive há poucos dias meu companheiro, Ministro Aroldo Cedraz, num debate sobre o assunto. Eu poderia muito me alongar. Qual é o ente público que despreza uma assessoria gratuita e qualificada, como dá o Tribunal de Contas da União? Hoje em dia, os conselhos nacionais estão regulamentando todas as atividades, fiscalizando e controlando. Então, não quero ter controle de ninguém. O Tribunal não quer entrar no marco regulatório. Não, não é isso. O controle é sobre as atividades-fim, aquelas atividades próprias da nossa fiscalização. É isso o que desejamos.

Para dar um exemplo, num determinado momento, logo que cheguei ao Tribunal, veio para mim um processo em que uma empresa havia ganho num pregão a construção de redes de transmissão de energia. Como faltavam recursos, não havia recursos suficientes no mercado, o Governo de então disponibilizou recursos do BNDES, recursos que eram subsidiados. E a área técnica sugeriu então que disséssemos que aquele *plus* da diferença do recurso subsidiado deveria reverter em favor do consumidor. Até brinquei à mesa de reunião com meus assessores: vamos nos preparar para o recurso da empresa, que já pegou esse dinheiro subsidiado. Mas a surpresa foi maior: quem recorreu foi a ANEEL, agência reguladora.

Isso não precisa ser observado, ser controlado? Se não necessariamente pelo Tribunal de Contas da União, por quem possa fazê-lo de forma técnica, isenta, imparcial, sem se imiscuir nas funções do marco regulatório.

Quanto ao Decreto nº 6.170, redução de despesas públicas, ele traz inovações relativas ao registro e acompanhamento da execução dos convênios. Ele não traz uma solução para esse estoque de prestações de contas de que falei há pouco. As trinta e nove mil estão aí pelo menos identificadas até o momento em que a equipe fez a auditoria. Ela não prevê a suspensão de novos convênios, os quais acabamos de ler no inciso I, na página 43.

Talvez a solução ideal seja o fortalecimento do cálculo do Ministério da Fazenda, que é o Cadastro Único de Transferências Voluntárias, o que daria um controle mais efetivo das transferências executadas.

Quanto à contribuição do Congresso Nacional, dependemos basicamente do Congresso Nacional. E peço a minha Casa do ontem que ajude a minha Casa do hoje, onde vivo. Dêem-nos condições, e essas condições, já comentei, estão na alta executoriedade, no acesso ao sigilo fiscal e em outros assuntos que trazemos à apreciação da Casa, e com isso estaremos fortalecendo o Poder Legislativo. Nós integramos o Poder Legislativo, desenvolvemos a função fiscalizadora. Das 2 pilas que sustentam o Poder Legislativo, uma é a elaboração de leis, a outra, a ação fiscalizadora.

Fui Parlamentar e sei que seria impossível, com minha atividade político-partidária para tratar dos problemas nacionais, como a discussão dos problemas da educação nacional, que era o meu caso, minha ação legiferante, com a minha presença nas Comissões Permanentes e no plenário, sobrar-me tempo, as condições e a visão horizontal e vertical de todos os assuntos para exercer a fiscalização de natureza técnica. Na medida em que o Tribunal de Contas é fortalecido, é o Poder Legislativo que se fortalece, é a democracia que se consolida, é o Estado Democrático de Direito que ganha com essa ação.

Sobre o cartão corporativo, já tivemos a oportunidade de tratar desse assunto em 2 ou 3 auditorias, que também foram encaminhadas para cá. Tratamos o cartão corporativo como aquele que, substituindo o antigo suprimimento de fundos, vai permitir o pagamento daquelas despesas miúdas de pronto pagamento por meio do débito. Apresenta-se o cartão, nota fiscal para cá. Isso para débito. Dissemos que apenas em casos excepcionais o saque do dinheiro em espécie deveria ser utilizado.

Muitas vezes chegamos a um hotel, no interior do Estado, seja de São Paulo, do Maranhão, seja do Piauí, e não há o sistema próprio do cartão, aí realmente pagamos em espécie. Sacamos o cartão, mas ali já vem a comprovação com a nota fiscal da despesa efetuada. O crescimento está sendo já observado pelo Ministro Raimundo Carreiro, que cuida hoje da matéria. Anteriormente fazia parte da nossa lista e agora pertence à lista do Ministro Carreiro.

O caro Deputado Eduardo Sciarra tratou da evolução das despesas correntes, e acho que também já falamos desse crescimento, não só exibindo o quadro demonstrativo, mas realmente tem de haver uma correção nos rumos das despesas correntes.



## CONGRESSO NACIONAL Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

O Deputado Manoel Junior também falou sobre educação. Já tive a oportunidade de falar sobre os assuntos referentes à educação, principalmente do FUNDEF, que S.Exa. enfatizou, mas quero fazer um pedido. Educação, no Brasil, está se apequenando. Neste dia, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Lauro de Oliveira Lima, do meu Ceará, Calmon e tantos outros, os que partiram, vão se revolver lá na tumba e os que estão vivos vão ficar como eu, às vezes com o cansaço da desesperança. É o seguinte: educação é ensino, compreendendo os conteúdos teóricos e práticos, e é formação, com os conteúdos de ética, de moral, de pátria, de família, de crença, porque não adianta se ter o melhor profissional sem ser cidadão. Às vezes isso causa um dano muito maior à sociedade, e não basta ter só o cidadão sem ter os conteúdos teóricos e práticos, sem ter a doutrina e a profissionalização, porque o País não se desenvolve. É necessário repensarmos a educação na integração desses 2 pontos fundamentais.

Sr. Presidente, encerro agradecendo a V.Exa. a sua maneira de se portar, parabenizando-o pela sua gestão. Não é surpresa para mim. Sua vida pública é o testemunho maior dos acertos e da necessidade de termos, no cenário da vida nacional, pessoas com a retidão, com a conduta que engrandece o Parlamento brasileiro.

Agora, um pedido. O parecer orienta as contas. Se demorar muito tempo no exame das contas, ele é o remédio que está fora da validade e não mais pode ser usado. Gostaria de verificar porque me disseram que algumas contas de anos passados, salvo engano as de 2002, 2003, 2004 e 2005, merecem ainda o olhar rigoroso do fiscalizador. E não tenho dúvida alguma de que essa ação vai se tornar efetiva, tempestiva, porque acredito nesta Comissão, nela deposito minha confiança e esperança.

O Tribunal agradece a todos a oportunidade de ter vindo aqui. Os técnicos que aqui me acompanham...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Sem querer atrapalhar, já atrapalhando, não poderia deixar sem resposta o apelo que V.Exa. faz para que se dê celeridade à apreciação das contas por esta Comissão. Não tenha dúvida de que isso vai acontecer, porque até hoje temos cumprido todos os prazos, inclusive apresentamos, como disse o Deputado João Leão, a LDO rigorosamente dentro dos prazos. Não temos nenhum projeto dormindo em gaveta. Recebo os projetos, as proposições, os ofícios provenientes tanto do Executivo como do próprio Legislativo, e a resposta, a distribuição para relatores é imediata. Quando porventura algum relator não tem o tempo suficiente, por motivo de doença ou outras obrigações, nós os redistribuímos para que as coisas ocorram dentro dos prazos e com a necessária celeridade. Então, V.Exa. pode ter a certeza de que isso vai ocorrer também com essa prestação de contas.

**O SR. UBIRATAN AGUIAR** - Disso não tenho dúvida, Sr. Presidente, porque o presente já é bastante para me dar a tranquilidade de que o contencioso, o passivo que V.Exas. receberam, tão logo coloquem a Casa em ordem, como está sendo feito, com o regimento, com inauguração da vinda do Tribunal e tantas outras medidas, é a tranquilidade que temos de que agora vai-lhe sobrar tempo, depois da arrumação da Casa, para pegar o contencioso e trazê-lo para a pauta do Ordem do Dia.

Quero homenagear a equipe que me acompanha com um dado que gostaria que ficasse na memória: a ação pedagógica e tempestiva do Tribunal, em 2006, trouxe uma economia ao Erário, só na ação de glosa, de interrupção de pagamento de vantagem indevida, correção de vícios e defeitos, redução de contrato, redução do valor da licitação, de 2 bilhões, 771 milhões de reais. E quanto à ação sancionadora, por meio de condenações e sanções aplicadas, foram mais 502 milhões. O Tribunal quer realmente estar à altura do que o Parlamento necessita e confia na sua ação.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador José Maranhão) - Está encerrada a presente reunião.